


PERMACULTURA: UMA ECOLOGIA (E POLÍTICA) PARA A PERMANÊNCIA

PERMACULTURE: AN ECOLOGY (AND POLITICS) FOR PERMANENCE

PERMACULTURA: UNA ECOLOGÍA (Y POLÍTICA) PARA LA PERMANENCIA

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-032>

Data de submissão: 07/12/2025

Data de publicação: 07/01/2026

Carlos Eduardo Cereto

Doutorando em Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

E-mail: carlos.cereto@uffs.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0435-5063>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1919821204490048>

Nilvania Aparecida de Mello

Doutora em Ciência do Solo

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

E-mail: nilvania@utfpr.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5371-0554>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041964058612806>

RESUMO

Diante da intensificação dos problemas socioambientais e da urgente busca por sustentabilidade, diversas proposições teóricas e práticas têm surgido. A Permacultura, um sistema de planejamento para ambientes humanos sustentáveis, emerge nesse contexto. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre algumas ecologias possíveis, analisando o potencial da Permacultura como uma alternativa fundamental. Argumenta-se que, frente à crise ambiental e civilizatória, a Permacultura se configura como uma ecologia viável para a América Latina, dialogando com alternativas convergentes como o campo da ecologia política para efetivamente contrapor os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Ecologia Política. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Antropoceno. Crise Ambiental.

ABSTRACT

In the face of intensifying socio-environmental problems and the urgent pursuit of sustainability, various theoretical and practical propositions have emerged. Permaculture, a planning system for sustainable human environments, arises in this context. This article proposes a critical reflection on some possible ecologies, analyzing Permaculture's potential as a fundamental alternative. It is argued that, in confronting the environmental and civilizational crisis, Permaculture constitutes a viable ecology for Latin America, engaging with converging alternatives and the field of political ecology to effectively counteract contemporary challenges.

Keywords: Political Ecology. Sustainability. Sustainable Development. Anthropocene. Environmental Crisis.

RESUMEN

Ante la intensificación de los problemas socioambientales y la búsqueda urgente de sostenibilidad, han surgido diversas propuestas teóricas y prácticas. La Permacultura, un sistema de planificación para entornos humanos sostenibles, emerge en este contexto. Este artículo propone una reflexión crítica sobre algunas ecologías posibles, analizando el potencial de la Permacultura como una alternativa fundamental. Se argumenta que, frente a la crisis ambiental y civilizatoria, la Permacultura se configura como una ecología viable para América Latina, dialogando con alternativas convergentes y el campo de la ecología política para contrarrestar eficazmente los desafíos contemporáneos.

Palabras clave: Ecología Política. Sostenibilidad. Desarrollo Sostenible. Antropoceno. Crisis Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A busca por soluções para os problemas socioambientais é uma constante ao longo dos séculos, intensificada drasticamente pelas ações humanas contemporâneas. Se a crítica às consequências da imposição modernista e sua pretensa racionalidade não é recente, a magnitude atual dos impactos humanos atinge agora uma escala geológica, sugerindo que vivemos a era do Antropoceno (GROSFOGUEL 2013, LATOUR *et al.* 2014)

Ao longo das últimas décadas, muitas ecologias surgiram em busca de respostas para os problemas globais cada vez mais evidentes. A Permacultura nasceu (também em busca de alternativas e nesse mesmo contexto) como um sistema de planejamento de ambientes humanos agricultáveis, mas que ao longo do tempo foi se aperfeiçoando e incorporando novas dimensões políticas e sociais em seu círculo de pensamentos e hoje pode ser considerada como um sistema humano completo em busca do planejamento de espaços que visem a sustentabilidade (HOLMGREN, 2013).

Nesse sentido, hoje a Permacultura se expressa como uma das ecologias possíveis de serem adotadas em práticas humanas que visem a sustentabilidade. Do início voltado ao campo, agora ganha voz nas cidades; do olhar para o planejamento de estruturas no entorno do homem, agora também olha para dentro numa introspecção em busca de um sentido de vida abandonado pela sociedade moderna. Da agricultura permanente à cultura da permanência. A Permacultura se movimenta e também é política.

Nesse presente trabalho apresentamos um ensaio teórico onde pretendemos refletir sobre algumas das ecologias possíveis que conhecemos e apresentar a Permacultura como uma alternativa viável para dialogar com o local e com outras proposições teóricas e práticas latino-americanas que apresentem uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza. Ecologias outras que há muito estão presentes na maneira de enxergar o mundo de povos tradicionais e que vivem em harmonia constante com o meio natural onde estão inseridos como parte.

Consideramos, portanto, que diante da urgência de colocar em prática ações que possam contrapor os efeitos da crise ambiental e civilizatória que presenciamos, a Permacultura pode ser mais uma ecologia possível para a América Latina somando-se às diversas alternativas convergentes que por aqui se estão expressando.

2 DA CRÍTICA DA MODERNIDADE AO ANTROPOCENO

O paradigma sócio-cultural do modernismo se estabeleceu como hegemônico na forma de pensar o mundo e nos processos e mecanismos de explicação dos problemas da sociedade a partir do

seu surgimento, entre os séculos XVI e XVIII e permanece até hoje como predominante no cotidiano das sociedades, principalmente no mundo ocidental.

Alguns autores que têm trabalhado sob o olhar da chamada perspectiva decolonial consideram a colonização das Américas como o marco inicial do modernismo. A partir dali configurou-se a implementação de um sistema mundo-moderno-colonial que foi se expandindo e difundindo um modelo eurocêntrico e hegemônico com características fenotípicas específicas, branco, capitalista, patriarcal e cristão (DUSSEL, 2005; GROSGOUEL, 2013). Ao contrário da suposta universalidade que os modernistas sugerem, o que temos é uma pluriversalidade de epistemologias e cosmologias, muitas delas com relações homem-natureza mais conectadas, saudáveis, interligadas, menos artificiais e com práticas alternativas e anti hegemônicas (QUIJANO, 2015).

Ao longo do tempo, diversas iniciativas socioculturais têm questionado os pressupostos e a própria maneira de enxergar o mundo sob a égide da modernidade, buscando novas perspectivas para as sociedades. Muitos consideram que estamos vivenciando um momento de crise profunda desse paradigma. Embora o projeto moderno tenha apresentado propostas ambiciosas e caminhos promissores em termos de inovação tecnológica, social e cultural, ele também revelou profundas contradições internas e tem se mostrado ineficaz em cumprir todas as suas promessas. Um exemplo notório é a ciência moderna, que, com o modernismo, alcançou um status de superioridade absoluta em relação a outras formas de conhecimento. Contudo, mesmo após muitas décadas de dominação epistemológica, ela ainda se mostra incapaz de solucionar alguns dos problemas que, inclusive, ajudou a criar. Podemos citar, por exemplo, a promessa de dominação da natureza para uso e benefício da humanidade, que culminou em uma exploração descontrolada dos chamados recursos naturais, desencadeando crises ambientais globais que persistem sem solução até os dias atuais (SANTOS, 2000; LEMOS, 2016).

Um dos principais elementos geradores de conflitos socioambientais envolve justamente as concepções de natureza e as relações envolvendo o homem e essas naturezas que cada grupo social concebe como tal num determinado momento e lugar históricos. A diversidade de concepções de mundo sempre esteve presente nas filosofias, histórias e doutrinas religiosas (FLORIANI, 2009). Essa relação entre homem e a natureza variou bastante ao longo do tempo e em alguns momentos teve forte presença de uma perspectiva religiosa. O predomínio nas sociedades contemporâneas de um distanciamento cada vez maior que percebemos entre homem e natureza teve sua origem num rompimento que aconteceu nos períodos conhecidos como escolástica e na renascença e que depois se intensificou a partir da idade moderna com o pensamento cartesiano. Foi a partir daí que foram estabelecidas as bases de um modelo de pensamento que se apoiava na oposição entre o homem

Sujeito e a Natureza objeto, dicotomia essa que acabou marcando com força o chamado pensamento ocidental, hegemônico até os dias de hoje (RAYNAUT, 2006; GROSGOUEL, 2013).

Sabe-se que em determinados momentos, alguns destes desajustes e afastamentos envolvendo os sujeitos da relação homem e natureza conduziram nosso planeta a momentos de crises socioambientais como a que enfrentamos atualmente. O período contemporâneo o qual alguns autores denominam de Antropoceno vem sendo marcado por um profundo distanciamento entre homem e natureza com as ações humanas deixando marcas destruidoras com poderes de mudança a ponto de serem comparadas a eventos de força geológica (LATOUR, 2014).

Há muito se discute os efeitos planetários causados por impactos derivados de ações humanas. Um marco histórico desse movimento ambientalista foi o livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, cientista e escritora estadunidense, que, em 1962, denunciava os deletérios efeitos do uso do DDT, o primeiro agrotóxico utilizado em larga escala após a Segunda Guerra Mundial (CARSON, 1962). Algumas décadas se passaram desde os apontamentos de Carson e, apesar do aprofundamento dos estudos e discussões referentes à pauta ambiental, a situação vem se agravando. A relevância da sugestão de que presenciamos uma nova época geológica, o Antropoceno, relaciona-se com a escala, velocidade e a complexidade dos impactos antrópicos sobre a Terra, principalmente após a Revolução Industrial. Alguns autores, como a bióloga estadunidense Donna Haraway, consideram que o que está sendo chamado de Antropoceno pode se comportar mais como um evento limite que marca descontinuidades graves, como a famosa fronteira K-Pg (associada à extinção em massa dos dinossauros), do que como uma época geológica propriamente dita (HARAWAY, 2016). Embora a demarcação e a denominação definitiva do período geológico que sucederá oficialmente o Holoceno seja um trabalho para geólogos do futuro, toda essa reflexão atual já é mais que suficiente para escancarar a necessidade urgente da busca por alternativas que visem a solução desses problemas.

Na próxima seção, exploraremos diversos campos do conhecimento que, nas últimas décadas, se dedicaram à problemática socioambiental. Nosso objetivo é analisar as propostas teóricas e práticas de diferentes pensadores para o enfrentamento da crise civilizatória – na qual a questão ambiental se manifesta como apenas uma de suas dimensões. Com isso, pretendemos contribuir para a compreensão sobre o panorama que vivemos e vislumbrar caminhos para a resolução dos desafios socioambientais.

3 ALGUMAS ECOLOGIAS QUE CONHECEMOS

A ascensão dos movimentos ambientalistas ocorreu no contexto da chamada “Revolução Verde”, conjunto de tecnologias e práticas adotadas em escala mundial para a produção de alimentos,

a partir da década de 1950 com a justificativa de uma suposta otimização da produção agrícola, e que na prática se caracterizou como um modelo monocultural marcado pela mecanização da mão de obra, a utilização de adubação química com nutrientes artificializados, e do uso de agrotóxicos para o combate de pragas (MOREIRA, 2000).

Ao longo dos últimos 50 anos, que foram marcados por um intenso desenvolvimento tecnológico, industrial e produtivo, diversos fatores acabaram propiciando para que o debate ecológico alcançasse a centralidade que possui nos dias de hoje. A noção de finitude material da Terra, a ascensão do pensamento sistêmico, que proporcionou um diferente olhar para o planeta como se fosse um organismo vivo, com seus diversos ciclos que conectam seus componentes, foram concepções que tiveram grande importância para reorientar a maneira de interpretar o mundo e que possibilitou o estabelecimento dos diversos movimentos ambientalistas, ampliando o campo disciplinar da ecologia para além do aspecto científico (NERY, 2018).

A palavra ecologia é derivada da junção dos termos gregos *oikos* que significa casa e *logos* que significa razão ou estudo e pode ser definida simplificada como ramo da biologia que estuda as interações entre os seres vivos e o ambiente que os cerca. A ecologia moderna surgiu enquanto ciência emancipada em meados do século 19, foi se aprimorando ao longo das décadas e hoje é uma das disciplinas com mais evidência dentro das ciências biológicas.

No entanto, à parte dessa concepção mais dura da ecologia enquanto ciência, nosso enfoque neste artigo está em debater sobre alguns aspectos complementares sobre as relações dos seres vivos com o ambiente que os cerca; a ecologia enquanto prática pessoal e coletiva quando, por exemplo, na adoção de hábitos saudáveis e que busquem mais harmonia com o meio natural; e a ecologia enquanto movimento político e social, em busca da manutenção dos ecossistemas da Terra e de justiça socioambiental. Vale mencionar aqui a ideia de “ecosofia” proposta pelo filósofo francês Félix Guattari em sua obra “As três ecologias” (GUATTARI, 1990), que aborda algumas dessas diferentes dimensões da ecologia que foram citadas classificando-as em três aspectos: a ecologia do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana.

A partir da década de 1960, com o fortalecimento do debate ambiental em diversos espaços da sociedade, vários movimentos que vinham surgindo foram denominados como ambientalistas e ou ecologistas. O britânico Andrew Dobson em seu livro *Green Political Thought* (DOBSON, 2007) diferencia esses dois termos muitas vezes utilizados como sinônimo. Os dois termos partem da mesma problemática mas apresentam diferentes olhares para a origem das situações-problema e para as possibilidades e perspectivas de solucioná-las. Em suma, o ambientalismo, teria um caráter mais reformista e dialogando com o chamado desenvolvimento sustentável, enquanto que o ecologismo

teria um caráter mais crítico e revolucionário, muitas vezes com propostas em oposição ao paradigma político e econômico que se apresentava como hegemônico em busca do crescimento e do aumento do consumo, dialogando com algumas correntes da ecologia política.

Diante da noção de finitude do mundo, o desenvolvimento sustentável surge como uma proposta em busca de um modelo de desenvolvimento alternativo ao pensamento econômico hegemônico, que sugeriria um crescimento linear infinito. Esse conceito passou então a ser difundido incorporando novas dimensões nas discussões sobre desenvolvimento, sendo que, do ponto de vista econômico, a questão do “como produzir” passou a ser fundamental. A preocupação crescente com a manutenção dos recursos naturais e em proporcionar um ambiente favorável para a continuidade das gerações futuras alterou a pauta de discussão sobre o ritmo e a forma com que o sistema capitalista impunha o desenvolvimento das sociedades (SILVA, 2005).

Uma das vertentes que começou a estudar as relações entre o homem e a natureza e os conflitos socioambientais a partir com foco nas relações de poder envolvendo a intervenção humana no ambiente e como foco nas causas estruturais da problemática ambiental foi a ecologia política, que estabeleceu entre os anos 1960 e 1970 como uma disciplina que representava um novo campo de investigação teórica, pesquisa científica e ação política. Segundo o sociólogo mexicano Enrique Leff, a ecologia política surgiu como reação social ao esquecimento da natureza pela economia política e teve sua origem no pensamento neomarxista, no qual a crise ambiental era associada ao modo capitalista de produção. Surgiu portanto da crítica ao pensamento econômico e deu origem a algumas correntes de como o ecossocialismo e o ecomarxismo (LEFF, 2021).

Ao analisar as contradições conflituosas entre o capital e a natureza é comum imaginarmos que as crises ambientais seriam uma contradição fatal para o capital. No entanto, o geógrafo britânico neomarxista David Harvey, nos alerta que o capitalismo tem conseguido lidar com sucesso na resolução de seus problemas ambientais. Segundo Harvey, a natureza está interiorizada no capital, além disso, o capital transformou a natureza num grande negócio e vai se adequando ao longo do tempo de modo a garantir o consumo de mercadorias, o fluxo e a acumulação de capital. O autor ainda chama a atenção para o fato de que o capital pode continuar a circular e se acumular sob condições de catástrofe ambiental, que também são vistas como uma grande oportunidade de negócio (HARVEY, 2017).

David Harvey (ou essa linha de pensamento eco neomarxista) considera que para que os movimentos ambientalistas ou ecologistas tenham sucesso, eles precisam ser antes de tudo anticapitalistas. Caso não seja feita uma crítica ao modelo hegemônico econômico, o capitalismo, através de seu poder, vai dominar o discurso puramente ambientalista de forma a perpetuar a

propagação do capital e não vai solucionar os problemas estruturais que originam os conflitos socioambientais.

A ecologia política surge como campo teórico e de ação política em forma de reação à crise ambiental e vai além das propostas de gestão ambiental e de conservação da natureza, procurando questionar as causas estruturais e as relações de poder por trás da problemática socioambiental. Segundo Enrique Leff:

A ecologia política é o estudo das relações de poder e dos conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo de encontro entre a ontologia da vida e da ontologia da ordem mundial tecnoeconômica, de controvérsias acerca dos modos de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, de história de exploração da natureza e de submissão de culturas, de sua subsumção ao capitalismo e à racionalidade do sistema-mundo global, das estratégias de poder dentro da geopolítica, do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2021, p. 333).

Ao longo das últimas décadas, desde o seu estabelecimento, a ecologia política tem sido objeto de muitas definições distintas, derivadas das muitas intersecções entre disciplinas e campos de investigação de diversas áreas do conhecimento. A ecologia política tem sido influenciada por muitos referenciais teóricos políticos, econômicos, filosóficos e ecológicos que ajudaram a embasá-la ao longo de sua evolução enquanto campo do conhecimento. Trata-se de um campo de conhecimento que tem uma forte tradição europeia, com influências, principalmente, das escolas anglo saxã e francesa, mas que vem trilhando seu próprio caminho na América Latina. E é desse lugar que ela mais nos interessa aqui neste artigo e é pra onde iremos olhar em breve, nos próximos parágrafos.

Dentro das correntes de pensamento da ecologia política de origem europeia vale considerar a concepção apresentada pelo filósofo francês Bruno Latour. Dentro das várias discussões sobre as perspectivas e possibilidades dos movimentos que discutem as problemáticas socioambiental, Latour defende a ecologia política ou a política da natureza como uma abordagem inevitável, já que não é possível separar as questões da natureza e as questões da política; ecologia e política, assim como as ciências, andam juntas e devem ser tratadas como uma só questão que se proponha a todos os coletivos. Segundo Latour, o início do que passou a ser chamado de ecologia política nada mais foi do que uma tentativa de fazer entrar a preocupação com a natureza na vida pública (LATOUR, 2019).

Bruno Latour questiona ainda se a ecologia política de fato tem se comportado como tal, ou se apenas se configura como uma mistura de “política grega, cartesianismo francês e parques americanos” e considera que a crença de que a ecologia política se interessa pela natureza é o que a impede de compreender sua própria prática. Latour entende que para a ecologia política ser efetiva e acessar um lugar legítimo de fato, bastaria associar as ciências (concebidas por Latour como a

socialização dos não humanos) à democracia (e que a democracia seja estendida aos não humanos); uma política traduzida em ecologia, sem a divisão entre natureza e sociedade. Não basta simplesmente inserir a natureza na política, e nesse contexto, as ciências, dentro da concepção latouriana se tornam um elemento importante nessa equação, já que é através dela que se conhece e se dá voz a natureza; e mais que isso, tanto a ideia de natureza quanto a ideia de política dependem de uma certa concepção de ciência (LATOURE, 2019).

O cientista político argentino Héctor Alimonda considera que a ecologia política latinoamericana, que começou a circular pela região nas últimas décadas do século XX, tem influência e pode ser considerada como parte da tradição do pensamento crítico do continente. O autor denominou, em um de seus trabalhos, seus pensadores como uma “vanguarda enraizada”, termo cunhado em outro contexto por Alfredo Bosi em referência a José Carlos Mariátegui e outros pensadores do marxismo latinoamericano, mas que segundo o autor serve também para adjetivar a ecologia política do continente (ALIMONDA, 2015).

A ecologia política latinoamericana vem trilhando seu próprio caminho a partir de uma política da diferença embasada nas características e condições ecológicas e culturais de seus povos e expressada em estratégias de emancipação em busca da descolonização do saber, da reinvenção dos territórios e da reapropriação da natureza (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015). O sociólogo mexicano Enrique Leff, um dos principais expoentes da ecologia política latino-americana, chama atenção para o fato de que vivemos uma crise civilizatória, na qual a dimensão ambiental, que é só uma parte dela, é sintoma de um processo civilizatório imposto e justificado pelo progresso econômico. A ecologia política se torna então fundamental para enfrentar os conflitos socioambientais já que está nas suas raízes a disputa por significados e por estratégias para a construção de um futuro sustentável. Em última análise, a ecologia política se expressa hoje nos territórios e nas territorialidades e é pra esse lugar que devemos olhar em busca de alternativas (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

O geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves, em consonância com outros autores, vêm problematizando a relação entre saberes e territórios, em oposição a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. Como esclarece o autor, sua intenção não é negar a possibilidade de que um determinado conhecimento seja universal, mas sim evidenciar que não existe um único conhecimento universal e originado de uma província específica do mundo, no caso a Europa (PORTO-GONÇALVES, 2017). E é a partir da valorização dos territórios e da busca por um diálogo de saberes que a ecologia política, ou qualquer outra iniciativa que proponha práticas e propostas visando a resolução de conflitos socioambientais devem caminhar.

4 A PERMACULTURA E OUTRAS ECOLOGIAS POSSÍVEIS

A busca pela sonhada sustentabilidade implica na desconstrução de racionalidades e práticas insustentáveis sendo que a questão crucial da ecologia política envolve basicamente o conflito entre pontos de vista e regimes ontológicos cada qual voltado para alcançar seus objetivos, considerando seus múltiplos interesses, sejam eles econômicos, políticos ou éticos (LEFF, 2015). Uma das possibilidades alternativas que consideramos como uma potência para contribuir positivamente no sentido de buscar um conjunto de práticas que visam a sustentabilidade é a Permacultura.

Foi também no contexto da emergência da crise ambiental que em meados dos anos 70, na Austrália, os primeiros traços da Permacultura foram desenhados. A Permacultura pode ser entendida como um sistema de planejamento de estruturas, espaços ou ambientes humanos que visem a sustentabilidade. Esse sistema se baseia em três princípios éticos (cuidar da terra, cuidar das pessoas e cuidar do futuro ou partilha justa) e doze princípios de design ou planejamento (HOLMGREN, 2013). Os princípios éticos da Permacultura dialogam com os principais eixos normalmente associados ao desenvolvimento sustentável, em busca de ações que sejam ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis.

A Permacultura surgiu objetivando trazer alternativas para uma agricultura mais sustentável e permanente, visando a autossuficiência alimentar como foco em culturas perenes. No entanto, ao longo dos anos, foi se aperfeiçoando e ampliando horizontes para outras dimensões da vida humana e hoje se apresenta como um sistema completo abrangendo assuntos como, por exemplo, a educação, a moradia e o acesso à terra. A Permacultura ainda dialoga com diversas áreas do conhecimento em busca de soluções que atendam aos seus princípios, como por exemplo, em temáticas relacionadas à produção de alimentos (agroecologia), a construções de baixo impacto (bioconstrução) e de relações comerciais socialmente justas (economia colaborativa) (HOLMGREN, 2013).

O que inicialmente era um conjunto de técnicas e princípios mais ligados à vida no campo e à agricultura, com preocupações mais ligadas ao manejo da terra e da natureza foi aumentando a abrangência a fim de atender a todos os aspectos da vida humana, se comportando como uma ecologia enquanto prática pessoal e coletiva. A permacultura vem ganhando destaque também nos espaços urbanos, não só focada em práticas de ação como a agricultura urbana e a construção de moradias de baixo impacto, mas também como preocupações ligadas à cultura, educação, saúde e o bem-estar espiritual.

Da agricultura permanente à cultura da permanência, como recentemente tem sido chamada, a permacultura pode ser vista como uma resistência no sentido de uma proposição cosmopolítica dentro da perspectiva cunhada por Isabelle Stengers (STENGERS, 2018), já que ela se expressa

principalmente através da prática e de seus praticantes, os permacultores, encarregados de aplicar um conjunto de técnicas baseados em princípios permaculturais. Nesse sentido a permacultura se configura como uma ecologia (e uma política) possível voltada para a ação e que abrange todos os aspectos da vida humana, vislumbrando a sustentabilidade e baseada numa interação harmônica entre o homem e a natureza e não em uma relação de dominação de um sobre o outro.

Apesar de os princípios éticos da Permacultura estarem alinhados com os pressupostos básicos do desenvolvimento sustentável, creio que ela pode ser vista mais como uma possibilidade mais aliada a ecologia política, principalmente no que diz respeito ao questionamento de algumas práticas e relações de poder hegemônicas. Como nos mostram Porto Gonçalves e Leff (2015), a disputa de significados e de estratégias para a construção de um futuro sustentável está no cerne da ecologia política. Ações como produzir seu próprio alimento, nutricionalmente saudável e ambientalmente sustentável, construir moradias com materiais alternativos e buscar novas formas de relações econômicas são exemplos de ações verdadeiramente revolucionárias e que podem ser adotadas por cada um de nós, individualmente ou coletivamente. Seus conjunto de ideias visam a sustentabilidade mas não sugerem a manutenção de práticas que sejam aliadas ao modelo capitalista consumista e desenvolvimentista.

Um aspecto que consideramos importante para se refletir é sobre o caráter universalista da Permacultura, um sistema teórico e prático desenvolvido num país do chamado “primeiro mundo” e que é divulgado como um modelo, ou como queremos crer, como uma possibilidade a ser buscada. A Permacultura, de fato, foi criada num contexto mais elitizado, o ambiente acadêmico universitário australiano, no entanto, desde sua origem apresenta um caráter de proposição anti-hegemônica e em resposta à emergência das crises ambientais. Mais do que isso, muitas de suas técnicas representam a sensibilidade da observação de padrões da natureza e de práticas de povos tradicionais. Seus princípios são universais mas não são rígidos porque são embasados na observação da natureza, são facilmente adaptáveis às condições e características ecológicas e culturais de cada território.

Se imaginarmos que uma boa parte dos princípios e técnicas sugeridas pela Permacultura nada mais são do que resgates de práticas tradicionais que inspiraram Bill Mollison e David Holmgren a desenvolver um sistema de design permacultural, isso pode servir como exemplo para que movimentos semelhantes sejam feitos com outros contextos ecológicos e culturais, como aqui na América Latina. Nesse sentido, consideramos que a Permacultura se apresenta como uma potente possibilidade somando-se a esforços de alguns movimentos contemporâneos latinoamericanos que visam uma interação mais harmônica entre homem e natureza.

Para citar exemplos, em comunidades rurais do interior do Brasil, a aplicação de princípios da Permacultura frequentemente se entrelaça com práticas ancestrais de manejo de recursos naturais, resultando, por exemplo em sistemas agroflorestais que não só garantem a segurança alimentar, mas também fortalecem a autonomia comunitária e a preservação da biodiversidade local (ARANTES *et al.*, 2017; STEENBOCK, 2020). Da mesma forma, em projetos urbanos de favelas e periferias, a Permacultura popular se manifesta em hortas comunitárias que resgatam diversos saberes, como, por exemplo, sobre plantas medicinais) e promovem a organização social resistindo à lógica do agronegócio e do consumo desenfreado (COSTA *et al.*, 2015; SOARES & MAZZARINO, 2023). Essas iniciativas, ao valorizarem a agrobiodiversidade e o conhecimento tradicional, são exemplos vivos de como a Permacultura pode se manifestar em um 'diálogo de saberes' que contrapõe a hegemonia epistêmica ocidental.

No campo teórico, vem emergindo na América Latina algumas perspectivas interessantes nesse sentido, como a perspectiva decolonial, que busca uma abordagem partindo do lugar latino-americano, tentando romper com a lógica hegemônica de valores eurocêntricos e em busca do reconhecimento e da valorização de saberes outros, representando diversos grupos antes subalternizados, como as centenas de etnias ameríndias que por aqui já estavam e também a contribuição afrodescendente, que por consequência dos processos de exploração colonial, passaram a compor importante proporção étnica na população do continente (QUIJANO, 2015). Ao contrário da suposta universalidade que os modernistas sugerem, quando olhamos para a região, o que temos é uma pluriversalidade de epistemologias e cosmologias, muitas delas com relações homem-natureza mais conectadas, saudáveis, interligadas, menos artificiais e com práticas alternativas e anti-hegemônicas.

No mesmo sentido, também vale mencionar o conceito de *buen vivir*, ideia que tem por base a compreensão e o olhar de povos indígenas sul americanos e que representa um questionamento substancial às idéias contemporâneas de desenvolvimento, em especial o seu vínculo com o crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os conflitos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2011)

De certa forma, essas abordagens que estão sendo difundidas com cada vez mais força por diversos movimentos latinoamericanos representam uma somatória de esforços que estão ajudando a consolidar a ecologia política latinoamericana. Nesse sentido, podemos imaginar a Permacultura como mais uma ecologia possível que possa contribuir para a resolução de conflitos socioambientais na América Latina e pela busca de um modo de viver mais harmonioso e conectado com a natureza.

Além de valorizar as práticas tradicionais, a permacultura e algumas de suas temáticas associadas, possibilitam uma maior autonomia às pessoas apresentando alternativas viáveis não só no que diz respeito à produção de alimentos, mas ampliando cada vez mais seus horizontes em busca de atender diversas dimensões da vida na Terra. A Permacultura ainda pode ser útil do ponto de vista prático a fim de planejar diferentes espaços geográficos, principalmente nas cidades onde o desacoplamento entre o homem e a natureza é mais explícito, e pode contribuir para a sensibilização pela escolha de uma maneira de viver diferente do ponto de vista individual e coletivo. Como crítica, talvez a Permacultura possa tirar um pouco do foco no utilitarismo humano, que de certa forma está enraizado em seus princípios de planejamento, que muitas vezes enxergam ainda a natureza como um recurso a ser explorado, mesmo que, nesse caso, através de práticas mais harmoniosas.

A Permacultura tem se mostrado uma potência em termos de aceitação e divulgação de suas práticas e de seus ideais, no entanto existe um diagnóstico de estudos recentes que indicam que o acesso ao seu conjunto de princípios e práticas é quase que exclusividade de uma elite com um determinado perfil social: jovens, brancos, de classe média e média alta, com ensino superior (NERY, 2018). A popularização da Permacultura se torna importante a fim de ser divulgada como uma possibilidade de uma ecologia possível a um maior número de pessoas. O fato de hoje ela ter um acesso elitizado, com dependência de institutos privados e associada a pessoas de alta renda e ensino superior, pode ser visto como uma potência de diálogo, desde que não haja resistência para sua popularização. É necessário que acompanhado da divulgação de suas práticas seja também buscado o diálogo em busca da incorporação dos saberes locais em seus princípios e práticas. A permacultura certamente não é a solução, mas aparece como uma oportunidade

5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O contexto da Revolução Verde e a ascensão do movimento ambientalista ilustram a complexa interação entre ciência, tecnologia e sociedade, revelando frequentemente conflitos de ideias e interesses. Nesse cenário, a Permacultura e suas temáticas correlatas emergem como alternativas promissoras para a superação de desafios ambientais e sociais, visando à construção de um modo de vida e organização social duradoura e sustentável. Seu caráter multidisciplinar, princípios e técnicas oferecem um vasto potencial para subsidiar ações de desenvolvimento regional visando a sustentabilidade.

Para que a Permacultura realize plenamente seu potencial, é crucial ir além de abordagens limitadas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável, embora vital para expandir o debate ambiental e influenciar políticas públicas, revela uma lacuna significativa ao não apresentar uma

crítica estrutural às lógicas capitalistas de consumo e crescimento. Em contrapartida, a Ecologia Política se estabelece como um campo teórico mais robusto e coerente para impulsionar mudanças estruturais e que, especialmente na América Latina, tem construído sua própria trajetória, angariando o apoio de diversas correntes de pensamento e propostas de ação convergentes.

A articulação global para mitigar impactos ambientais, como o aquecimento global e as mudanças climáticas, é inegavelmente importante, e seus desafios devem continuar a ser debatidos em conferências internacionais. Contudo, torna-se imperativo um olhar mais atento e autônomo para o local, capacitando os povos em seus próprios territórios e reduzindo a dependência de organismos internacionais. Nesse sentido, alternativas teóricas e práticas são bem-vindas em qualquer escala, desde que contemplem a diversidade de saberes dos atores envolvidos. É a partir dessa base, alicerçada na ecologia política latino-americana, que se podem discutir e implementar possibilidades práticas e alternativas para a sociedade, tanto em nível individual quanto coletivo.

A Permacultura, da maneira como vem sendo difundida pelo mundo nas últimas décadas, parece surtir efeitos positivos na promoção de uma ecologia individual em pequenas escalas, no entanto estudos recentes apontam para um acesso predominantemente elitizado. Superar essa barreira é fundamental, tornando-se urgente a popularização da Permacultura e de suas temáticas associadas – como agroecologia, bioconstrução e economia colaborativa – objetivando que essas temáticas estejam cada vez mais presentes nos espaços públicos de discussão de modo que propicie a inserção das mesmas em políticas públicas que visem a sustentabilidade, a qualidade de vida e o bem-estar da população. Em aliança com a ecologia política latino-americana, uma Permacultura verdadeiramente popular pode emergir, capaz de gerar impactos significativos no âmbito local, por meio de um diálogo de saberes que proponha práticas mais conectadas à natureza e culturalmente relevantes para os povos e seus territórios.

Nesse contexto, a Permacultura se apresenta como uma ecologia possível no contexto latinoamericano, fundamentada nas ideias da nossa Ecologia Política e do pensamento decolonial. Isso permitirá que a Permacultura evolua com passos próprios na região, evitando a mera replicação de modelos concebidos em outros contextos. Seus princípios universais devem atuar como um guia flexível, adaptando-se e inspirando práticas e alternativas específicas para cada contexto regional.

A Permacultura enquanto cultura da permanência se mostra como uma possibilidade em tempos de Antropoceno. "Cuidar da Terra, um de seus princípios éticos talvez possa ser vislumbrado como uma das formas de "aterrar" (parafraseando Bruno Latour), isto é, de nos reconectarmos e nos tornarmos conscientes de nossa dependência inseparável do planeta, de nos enraizarmos nas realidades

e limites terrestres. Assim, nos tornando mais 'terrano' – cidadãos conscientes e habitantes plenos da Terra – possamos pavimentar um caminho mais concreto nessa direção utópica da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Héctor. Ecologia política latino-americana e pensamento crítico: As vanguardas enraizadas. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 35, 2015.

ARANTES, Poliana Beatriz et al. Agroflorestas familiares no Vale do Ribeira: diagnóstico produtivo, estratégias e desafios. REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, 2017.

CARLSON, Rachel. Primavera Silenciosa. 1.ed. São Paulo: Gaia, 1962. 327p.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo et al. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 3099-3110, 2015.

DOBSON, Andrew. Green political thought. Routledge, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, p. 55-70. 2005.

FLORIANI, Dimas. Por uma epistemologia da diversidade. Impactos socioambientais: o desafio da construção de hidrelétricas. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. Tabula rasa, n. 19, p. 31-58, 2013.

GUATTARI, Félix; BITTENCOURT, Maria Cristina F.; ROLNIK, Suely. Las tres ecologías. Campinas: Papirus, 1990.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina en movimiento, v. 462, p. 1-20, 2011.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. ClimaCom Cultura Científica, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. Boitempo Editorial, 2017.

HOLMGREN, David. Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

LATOUR, Bruno et al. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. Revista de Antropologia, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia. Editora Unesp, 2019.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. A crítica da racionalidade científica: aproximações entre Ulrich Beck e Boaventura de Sousa Santos. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 2, p. 452-465, 2016.

LEFF, Enrique. Political ecology: a Latin American perspective. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 35, n. 35, p. 29-64, 2015.

LEFF, Enrique. Ecologia Política. Editora Unicamp, 2021.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. Estudos sociedade e agricultura, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, n. 1, p. 65-88, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. do C; OLIVEIRA, D. A de. Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 37-54

QUIJANO, Aníbal. " Bien Vivir": entre el " desarrollo" y la Des/Colonialidad del poder. Horizontes Sociológicos, n. 1, p. 25-38, 2015.

RAYNAUT, Claude. As relações ser humano/natureza: arqueologia social de uma ruptura. In: Conferência ministrada no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR. 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo, 2000.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar, v. 1, p. 11-40, 2005.

STEENBOCK, Walter et al. Agrofloresta agroecológica: por uma (re) conexão metabólica do humano com a natureza. Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, GUAJU, v. 6, n. 2, 2020.

SOARES, Tiago Luís da Silva; MAZZARINO, Jane Márcia. Hortas Comunitárias em Teresina: vidas conectadas em ambientes urbanos. Ambiente & Sociedade, v. 26, p. e0172, 2023.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 442-464, 2018.